

As novas abordagens teórico-metodológicas no estudo do Brasil colonial: a distância entre o debate acadêmico e o livro didático

*Karla Maria da Silva*¹
*Lupércio Antônio Pereira*²

Resumo: Este artigo analisa como o Brasil colonial é apresentado em livros didáticos de circulação nacional e o grau de atualização desse material em relação aos avanços da pesquisa acadêmica. Novos estudos publicados a partir da década de 1990 têm questionado o binômio colônia/metrópole e apontado a relação entre Brasil e Portugal de forma mais complexa que os estudos mais influentes das décadas de 1940/1980. Partindo de conceitos como Antigo Regime, império marítimo português e do enfoque na dinâmica interna da América portuguesa, essa nova historiografia problematizou o próprio conceito de “Antigo Sistema Colonial” e criticou a ênfase deste modelo explicativo na produção voltada para fora, considerando-o insuficiente para entender a complexidade da sociedade colonial. Entretanto, observa-se que o modelo teórico-metodológico aplicado ao tema em questão ainda não apresenta uma renovação significativa nos livros didáticos e continua vinculado às abordagens clássicas, o que evidencia uma defasagem e um descompasso entre o saber acadêmico e o saber escolar. A metodologia utilizada consistiu em identificar e analisar as contribuições dessa nova corrente historiográfica para, em seguida, analisar um grupo representativo de livros didáticos e rastrear a presença ou não desses novos aportes historiográficos.

Palavras-chave: Brasil Colonial. Historiografia. Antigo Sistema Colonial. Antigo Regime nos Trópicos. Livro Didático.

Abstract: This article analyzes how colonial Brazil is presented in didactical books of national circulation and how up-to-date this material is in relation to the advances in academic research. New studies published since the 1990's have been questioning the binomial of colony/metropolis and pointing out the relationship between Brazil and Portugal in a more complex way than the more influential ones from the 1940's until the 1980's. Starting off of concepts such as the Old Regime, the Portuguese maritime empire and the focus on the internal Portuguese America dynamics, this new historiography problematized the very concept of “Old Colonial System” and criticized the emphasis of such explanatory model in the production of works for international readers, considering it insufficient to understand the colonial society's complexity. However, it is observed that the theoretical-methodological model applied to the content at hand does not yet present a significant renovation in didactical books, and remains bound to traditional approaches, what represents a delay and a mismatch between academic knowledge and school knowledge. The methodology utilized consisted of identifying and analyzing this new historiographic current's contributions and then analyzing a representative group of didactical books and track the presence of these new historiographic contributions or lack thereof.

Key-words: Colonial Brazil. Historiography. Old Colonial System. Old Regime in the Tropics. Didactical Book.

¹Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis. É professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e membro do LEIP - Laboratório de Estudos do Império Português – UEM. E-mail: silva.karlamaria@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: lupercio pereira@gmail.com

THE NEW THEORIC-METHODOLOGICAL APPROACHES IN THE STUDY OF COLONIAL BRAZIL: THE DISTANCE BETWEEN ACADEMIC DEBATE AND DIDACTICAL BOOK

Nas últimas décadas tem se verificado no universo acadêmico uma significativa retomada dos estudos relativos ao Brasil colonial, o que vem trazendo novos e importantes elementos para a compreensão da história do período em questão. Nesses estudos um aspecto chama especial atenção: é possível identificar uma ruptura com antigas abordagens históricas.

A partir de pesquisas que focam a dinâmica interna da América portuguesa, essa nova historiografia chegou a problematizar o próprio conceito de “Antigo Sistema Colonial” e a criticar a ênfase deste modelo explicativo na produção voltada para fora, considerando-o insuficiente para entender a complexidade da sociedade então estabelecida.

Com base nesse olhar mais atento para a complexidade das relações entre Brasil e Portugal e dos questionamentos em torno dos conflitos existentes entre metrópole e colônia, vem se consolidando a ideia de “império marítimo português” - expressão disseminada por Charles Boxer. Nesse caso, o Brasil, assim como as possessões da África e da Ásia, aparece como parte integrante de Portugal, como extensão de seu território.

Este artigo discute a forma como os conteúdos relacionados à história do Brasil colonial são abordados em livros didáticos adotados no Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e privadas de Maringá-PR, buscando verificar se as novas abordagens referentes ao tema - as quais vêm sendo amplamente debatidas no meio acadêmico - têm sido contempladas nesses livros e transmitidas aos alunos da Educação Básica. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu, num primeiro momento, em identificar e analisar as contribuições dessa nova escola historiográfica. Na sequência, realizou-se o levantamento e a análise dos livros didáticos e, em seguida, a comparação entre esses livros e a produção acadêmica.

O Brasil colonial nas novas e nas antigas abordagens

Foi no início da década de 1970 que começaram a aparecer novos posicionamentos em relação à interpretação histórica do período colonial no Brasil. As formulações consagradas pela chamada *escola paulista*, cujos expoentes são Caio Prado Junior e Fernando Novais, passaram a ser alvo de muitas críticas, formuladas a partir de novas pesquisas e reflexões, cujo foco era dirigido para a dinâmica interna da sociedade colonial. *Ciro Flamarion Cardoso*

é um dos expoentes dessa nova corrente historiográfica. Mesmo aceitando a tese da subordinação da produção colonial ao mercado externo, ele criticou, conforme notou Claudinei Mendes (2012), a visão monolítica de Caio Prado, e apontou para as brechas do sistema e para as reações dos colonos, dando maior atenção à autonomia das estruturas socioeconômicas da colônia.

A partir das formulações de Ciro Flamarion Cardoso, uma nova geração de historiadores se voltou para o estudo da dinâmica interna da sociedade colonial, trabalhando com novas fontes, como séries estatísticas, testamentos, registros de entrada e saída de tropeiros, listas portuárias de entradas e saídas de embarcações (ligadas ao comércio atlântico e ao de cabotagem), almanaques comerciais, etc.

Assim, diversos historiadores deixaram de olhar exclusivamente para as relações externas do sistema colonial, ou seja, para o comércio voltado para o Atlântico e seus desdobramentos, e voltaram suas atenções para o interior da colônia. Um grupo significativo dessa nova corrente de historiadores - corrente esta fortalecida a partir da década de 1990 - e que se autodenomina Antigo Regime nos trópicos (ART), concentrou-se no Rio de Janeiro e, por esse motivo, tem sido chamado por alguns historiadores de “escola do Rio”.

Dentre os historiadores brasileiros que têm se destacado por seus trabalhos relativos à América portuguesa merecem especial atenção: João Luís Fragoso (*Homens de Grossa Aventura*, de 1998), Maria Fernanda Bicalho (*A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*, de 2003); Antônio Carlo Jucá de Sampaio (*Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro – 1650/1750*, de 2003); e Manolo G. Florentino (*Em Costas Negras*, de 1997).

Também pesquisadores estrangeiros têm ocupado lugar de relevo junto à produção historiográfica referente ao tema, como é o caso do português Nuno Gonçalo F. Monteiro (*Elites e Poder. O Antigo Regime e o liberalismo*, de 2003), e de Antônio Manuel Hespanha (*Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudos*, de 1992), que apesar de não desenvolverem estudos específicos acerca do Brasil, ao esmiuçarem Portugal da era moderna inevitavelmente acabaram abordando questões referentes à América portuguesa e complementando as investigações sobre o período colonial do Brasil.

Deve-se ainda fazer referência aos historiadores britânicos Charles R. Boxer (*O Império Marítimo Português*, de 1961, mas só publicado no Brasil em 2002) e A. J. Russell-Wood (*Escravos e Libertos no Brasil Colonial*, de 2005), e também ao já citado brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (*O Trabalho na América Latina Colonial*, de 1985) – falecidos,

respectivamente, em 2000, 2010 e 2013 – os quais muito contribuíram para o aprofundamento dos estudos coloniais e abriram caminhos para as novas análises interpretativas desenvolvidas por pesquisadores como os anteriormente mencionados. Assim sendo, o estudo do Brasil colonial tem ganhado amplo espaço nos debates acadêmicos nas últimas duas décadas e, conseqüentemente, novas possibilidades de interpretação.

Esses estudos dissecam a América portuguesa sob diversas perspectivas analíticas, descortinando cenários que ajudam a reconstituir a história do período em questão e, ao mesmo tempo, apontam para uma ruptura teórico-metodológica com as abordagens históricas clássicas (SILVA; SILVA, 2015).

Cabe lembrar que como “abordagens clássicas” compreende-se aqui aquelas feitas a partir da interpretação de Caio Prado Junior e de seus “discípulos” - como se costuma dizer – entre os quais se destaca Fernando Antônio Novais. Em contrapartida, as “novas abordagens” seriam aquelas oriundas dos novos estudos mencionados linhas acima.

Caio Prado Junior, ao apontar para os limites históricos e estruturais do Brasil em sua interpretação da história brasileira, representou um sopro de renovação historiográfica e se distanciou da historiografia clássica de fins do XIX e primeiras décadas do XX. Em suas obras, ele negou a autonomia ou o determinismo das “ideias”, mostrou a relatividade e os limites da vontade política e concebeu os indivíduos como criaturas históricas que sofrem as contingências de certas forças que extrapolam as vontades individuais; no lugar ocupado pelas ideias e pela ação de indivíduos extraordinários dirigindo os grandes acontecimentos políticos, ganharam relevo categorias como, estrutura, sistema, economia, sociedade, revolução comercial. Seu afã era desvendar e identificar os acontecimentos capitais e as grandes e profundas forças que imprimem “sentido” à história dos povos.

No entanto, em linhas gerais, o ponto de partida da análise de Caio Prado é a relação conflituosa entre Metrópole e Colônia; a divergência de interesses entre os agentes dos dois lados do Atlântico; a ideia de exploração da colônia; a ênfase na produção voltada para fora e na dependência do mercado externo. Todos esses elementos podem ser observados em diversas de seus trabalhos, como por exemplo em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Nessa obra, Caio Prado dedicou-se a esclarecer o fator capital que daria “sentido” à colonização brasileira. Esta é concebida por ele como um capítulo no grande painel formado pela expansão comercial e marítima da Europa nos tempos modernos. Escreveu ele:

Precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV.

Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe naquele quadro imenso. (PRADO JUNIOR, 1997, p. 20)

Em seguida, ele definiu um elemento essencial em sua formulação, ou seja, a origem e o caráter da expansão marítima. Para ele, a expansão marítima dos países da Europa “se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países” (1997, p. 21), de modo que, “no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (1997, p. 22). Na sequência, esclarece qual o sentido da história brasileira:

Aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro. [...] a nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que aliás é de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 119)

O autor partiu da ideia de que a ocupação do Brasil diferenciou-se das simples feitorias africanas ou asiáticas, mas ainda assim não deixou de se subordinar aos fins mercantis da expansão marítima europeia. Até então, “colonizar” significava não mais que o estabelecimento de feitorias comerciais. Contudo, em função de inúmeras características da terra descoberta (território primitivo; dispersão e nomadismo da população indígena e consequente ausência de produção organizada de gêneros exportáveis), os descobridores tiveram que ir além da simples instalação de feitorias. Para atender aos “fins mercantis que se tinham em vista”, os descobridores se obrigaram a implantar um sistema mais complexo que lhes possibilitasse organizar e controlar a produção (1997, p. 24). Assim, sem que isto fosse intenção original, os portugueses acabaram criando nos trópicos americanos uma sociedade estável que, nas palavras de Gilberto Freyre citadas por Caio Prado, adquiriram, com o desenrolar do tempo, “características nacionais e qualidades de permanência” (Prado Júnior, 1997, p. 31). Mas trata-se de uma sociedade original, que “tomará rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada”, as colônias de povoamento da América do Norte, que formaram sociedades semelhantes ao modelo europeu. Deste modo, “o caráter permanente, orgânico e estável dessa sociedade só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa

evolução colonial” (1997, p. 31). E esse traço essencial da formação brasileira é definido na sequência:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. [...]. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tenderam para algo mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O ‘sentido’ da evolução brasileira ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial do século passado. (PRADO JUNIOR, 1997, p. 31-32)

Assim, teria se constituído na América tropical portuguesa uma economia complementar e subordinada à economia da Europa. Segundo Caio Prado, essa subordinação e complementaridade da economia colonial era algo consciente, pois essa função atribuída à colônia “havia sido elevada à categoria de um postulado” na “teoria econômica da época”. Por teoria econômica da época, leia-se mercantilismo. Apoiando-se num escrito de autoria desconhecida de fins do XVIII, o *Roteiro do Maranhão a Goiás*, Caio Prado diz o seguinte:

O que o autor em suma procura expor e demonstrar, é que as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoamento e organização das colônias deve se subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem o comércio metropolitano [...]

Esta citação é interessante naquilo em que seu autor, afirmando uma norma de política econômica, não faz mais que reconhecer um fato real. Tal era, efetivamente, o conteúdo essencial da economia brasileira. (PRADO JUNIOR, 1997, p. 125-126)

E prossegue, nessa mesma linha:

O Brasil existia para fornecer-lhe [a Portugal] ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas e assim praticava. Todos os atos da administração portuguesa com relação à colônia têm por objeto favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio, e pelo contrário opor-se a tudo mais. Bastava que os colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem: o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal, de tantos outros, é bastante conhecido. (PRADO JUNIOR, 1997, p. 126)

Assim como se observa nas passagens selecionadas de *A Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor mantém ênfase nos aspectos externos da prática mercantilista. Embora aborde temas referentes às relações desenvolvidas no interior da colônia e reconheça a existência de atividades não ligadas diretamente à exportação, estas são tidas ou como irrelevantes ou como complementares à atividade exportadora. Desse modo, o acento mantém-se nas questões associadas ao exterior. Tendo em vista a premissa de onde partiu, a obra sequer cogita a existência de obstáculos internos ao desenvolvimento da sociedade colonial. Para ele, os grandes obstáculos eram representados pelas limitações estruturais da economia colonial - derivadas do sentido original da colonização - e pelas restrições impostas deliberadamente de fora para dentro pela política mercantilista da metrópole.

Fernando A. Novais, em inúmeros trabalhos, como em *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial* (1969, p. 47), aprofundou e refinou o sentido mercantil da colonização desenvolvido por Caio Prado Júnior, colocando-a, também, no quadro mais amplo da “expansão comercial e colonial europeia na época moderna”. De acordo com Novais, impossibilitada de crescer dentro de seus limites, a Europa expandiu seus capitais e partiu para a conquista de mercados externos, desenvolvendo-se nesse contexto as colônias, das quais sorvia recursos para viabilizar de diferentes maneiras a revolução industrial:

É possível assinalar as conexões que vinculam a colonização europeia e o antigo sistema colonial, seja como a política econômica mercantilista, seja como a etapa de formação do capitalismo moderno [...] desfrutar os estímulos oriundos do sistema colonial significava, de fato, elaborar os pré-requisitos do desenvolvimento das forças produtivas: pois o sistema colonial promovia, ao mesmo tempo, acumulação de capitais por parte dos grupos empresariais, e expansão dos mercados consumidores dos produtos manufaturados. (NOVAIS, 1969, p. 56)

Ao expor a ideia de que a colônia preenchia sua função histórica no processo de acumulação primitiva de capitais através dos monopólios e do exclusivismo comercial (1969, p. 51), Novais apresenta também uma ideia de oposição entre Brasil e Portugal, além de fixar-se, assim como Prado Júnior, no plano externo da produção e da comercialização.

Em outros trabalhos como, por exemplo, em Portugal e Brasil na *Crise do Antigo sistema Colonial*, Novais mantém-se na mesma perspectiva analítica, a qual apontamos neste trabalho como antigas abordagens.

Fixemos portanto, o mais nitidamente possível, o mecanismo básico do regime comercial, eixo do sistema da colonização da época mercantilista. O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em sumo na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial

metropolitana. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais. (NOVAIS, 1989, p. 89)

Assim, como já havia alertado Ronaldo Vainfas (2000, p. 299), embora a análise do período colonial de Novais em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo sistema Colonial* (de 1979) tenha aprofundado e acrescentado novos elementos à tese do caráter mercantil da colonização, produzindo uma “formulação mais sofisticada”, em última instância, sua chave conceitual ainda mantém-se “no conflito colônia *versus* metrópole, Brasil *versus* Portugal”³.

Desse modo, obras importantes e elucidativas como as de Caio Prado Júnior e de Fernando Novais, apesar de lançarem novas perspectivas de análise acerca da colonização e do processo de independência, ainda mantêm a ênfase no plano externo, ou seja, no caráter altamente especializado e mercantil-exportador da economia colonial - imposto de fora para dentro pela política mercantilista da metrópole - e na correlata dificuldade de se formar a economia nacional, impedindo ou dificultando a acumulação interna de capitais. No caso de Fernando Novais, por exemplo, a inexistência de um processo endógeno de acumulação de capitais encontraria sua explicação na imposição, de fora para dentro, daquilo que ele denominou “exclusivo metropolitano” no comércio externo da colônia. O exclusivo metropolitano seria o mecanismo chave da política colonial mercantilista, pois era através dele que as potências europeias logravam promover a acumulação de capitais no território metropolitano e não nos territórios coloniais. O acento, portanto, estava nas relações externas da sociedade colonial. Aí estaria a chave para as dificuldades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Como se pode observar, entre outros elementos se expressa tanto no escritos de Caio Prado Junior quanto nos de Fernando Novais, a ênfase na ideia de colônia espoliada; eles sustentam a tese de que o desenvolvimento da economia colonial era subordinado ao interesse metropolitano, de modo que as transformações dessa economia seriam decorrentes desta subordinação. Nessa perspectiva, fica difícil não pensar a colonização como sinônimo de exploração ou de todas as resultantes dessa ideia.

Já nos novos estudos, o foco é outro: voltam-se as atenções para a dinâmica interna da colônia e chega-se a problematizar o próprio conceito de “sistema colonial”. Têm se chamado

³ Neste caso, a crítica de Ronaldo Vainfas incide no fato de Novais não ter considerado as relações do Brasil com as demais porções do extenso império colonial português, ignorando as importantes contribuições de Charles Boxer, historiador inglês que, ainda nos 60, procurou entender o mundo colonial português a partir do conceito de **império**. No *Dicionário do Brasil Colonial*, de Vainfas, o verbete em que podemos observar essa crítica é dedicado, justamente, a discutir o conceito de império colonial. Nesta abordagem, Vainfas chega a mencionar que, para alguns historiadores dos anos 1990, o próprio conceito de Antigo Sistema Colonial seria questionável.

a atenção, por exemplo, para os seguintes aspectos da sociedade colonial brasileira: 1) uma diversificação maior da economia colonial e a existência de um mercado interno mais significativo do que o pensado pela chamada *escola paulista*; 2) relativização da dependência da economia colonial em relação à Europa; 3) a existência de um empresariado local poderoso em termos econômicos e bastante influente em termos sociais e políticos; 4) a existência de um processo endógeno de acumulação de riqueza; 5) sua inserção nos quadros gerais do império português e o desenvolvimento de estruturas políticas e administrativas próprias do Antigo Regime.

Esse tipo de abordagem fica bastante evidente, por exemplo, em *Homens de Grossa Aventura*, de João Fragoso. O Capítulo I tem como título *Os modelos explicativos da economia colonial*, e nele o autor faz uma breve análise da historiografia relativa ao Brasil colonial e rediscute conceitos ao reconhecer uma maior diversificação da economia, e defender a existência de um mercado interno e de um empresariado local poderoso.

As linhas gerais do pensamento de Fragoso podem ser observadas na Introdução do referido livro, como veremos abaixo.

Nessa medida, procuramos demonstrar, particularmente, três pontos:

- a) A expressividade das produções voltadas para o mercado interno frente às exportações – essa informação nos indicaria o peso das acumulações endógenas coloniais (reiteração das produções ligadas ao abastecimento interno) diante da agroexportação;
- b) A não-coincidência entre as flutuações coloniais e as conjunturas do mercado internacional – fenômeno que apontaria para a relativa autonomia da economia colonial, possuindo ela o seu próprio ritmo de reprodução, frente às conjunturas das economias dominantes no mercado internacional;
- c) A existência de uma hierarquia econômica como pano de fundo das operações feitas no mercado colonial (particularmente no mercado interno) – essa hierarquia demonstraria a presença de um restrito grupo de negociantes que, apropriando-se de parte do excedente, gerado nas acumulações endógenas e na reiteração da agroexportação, controlaria o processo de reprodução da economia colonial (ou, pelo menos parte dele), fato que o transformaria no grupo econômico dominante dessa economia. (FRAGOSO, 1998, p. 40/41)

Já em *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001), renomada obra organizada por João Fragoso, juntamente com Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, é notória a crítica à ideia de um dualismo rígido e inflexível entre metrópole e colônia, assim como à excepcional importância conferida ao comércio transatlântico, ou seja, ao plano externo da

produção colonial. Na Introdução desta obra, seus autores destacam a natureza de sua abordagem, afirmando que o trabalho que apresentam

é fruto de uma perspectiva historiográfica inovadora que vem surgindo e se impondo em teses de doutorado e dissertações de mestrado, e sendo cada vez mais discutida em seminários acadêmicos e na própria sala de aula dos institutos e departamentos de história de nossas universidades. Dito de outra forma, os diferentes capítulos do nosso livro buscam apresentar uma nova abordagem de antigos temas de história portuguesa e colonial. Mais especificamente, seus autores discutem e analisam o “Brasil-Colônia” enquanto parte constitutiva do império ultramarino português. Propõe-se, ainda, a compreender a sociedade colonial e escravista na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime.

Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o “Brasil-Colônia” por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista.

[...] O que esse livro propõe de diferente é uma rediscussão – a partir de novos parâmetros conceituais e de novas perspectivas teóricas – de algumas teses acerca das relações econômicas e das práticas políticas, religiosas e administrativas imperiais. Ele busca responder a algumas questões que vêm sendo colocadas pelas pesquisas e pela experiência docente de seus autores: como desfazer uma interpretação fundada na irredutível dualidade econômica entre a metrópole e a colônia? (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, p. 21, 2001)

O que se nota na passagem acima selecionada é mais que uma divergência quanto à perspectiva analítica das antigas abordagens; é uma consciência dessa divergência e a intenção de se distanciar e de se contrapor à perspectiva “caiopradiana”, no sentido de denunciar sua superação.

Em obra recente, historiadores dessa perspectiva analítica foram ainda mais enfáticos na crítica ao aporte teórico-metodológico a que declaradamente se contrapõem. No Prefácio escrito por Fragoso de *Monarquia Pluricontinental e a Governança da Terra no Ultramar Atlântico Luso – séculos XV-XVIII*, de 2012, isso fica bastante evidente.

Hoje em dia, depois de muito debate e de árvores transformadas em textos, percebemos que a América lusa não era simples canal habitado por prepostos do capital mercantil, semoventes (escravos), conectada com a humanidade por apenas rotas comerciais. Apesar de alguns nichos de letrados continuarem insistindo em interpretar a nossa América através de chaves como capitalismo mercantil, outros historiadores profissionais, já há certo tempo, começaram a criar ferramentas mais refinadas para o entendimento do século XVI ao XVIII. (FRAGOSO, p.8, 2012)

Como é possível observar, um olhar atento sobre as obras mencionadas revela uma distância significativa entre as antigas e as novas abordagens, ou seja, entre a interpretação de Caio Prado Junior e de seus discípulos, e os novos estudos que vêm surgindo.

Vale dizer que esses novos estudos têm sido eles próprios objeto de análise. Alguns historiadores têm se debruçado sobre eles para melhor compreender sua perspectiva teórico-metodológica, sua intencionalidade, sua consciência quanto à renovação historiográfica que representam. Claudinei M. M. Mendes, por exemplo, tem dedicado grande atenção a essa nova vertente historiográfica; estudioso do Brasil colonial e profundo conhecedor da obra de Caio Prado Junior, em singular artigo fez importantes apontamentos sobre a questão. De acordo com Mendes (2012, p. 92), para além dos dois conceitos fundamentais que caracterizam e orientam as análises de historiadores vinculados a essa perspectiva - quais sejam, o de Império Português e o de Antigo Regime - uma constante tem se apresentado em seus trabalhos: a crítica ao caráter ensaístico - e portanto generalizante - da historiografia brasileira. Ainda segundo Mendes, eles fazem questão de se distanciar dessa historiografia, e assinalam que praticam

uma história fundamentada em uma farta documentação, recolhida em suas pesquisas feitas em arquivos no Brasil e no exterior. Há mesmo, em seus textos, a insistência em afirmar que suas interpretações encontram-se respaldadas em uma longa e minuciosa investigação arquivística, documental. Por se tratar de pesquisas fundadas em extensa documentação entendem que seus trabalhos não possuem caráter generalizante. (MENDES, 2012, p. 93)

Também Laura de Melo e Souza teceu algumas considerações acerca dessa nova perspectiva analítica. Na Introdução de *O Sol e a Sombra: política e administração da América portuguesa do século XVIII*, de 2006, ela fez um balanço crítico da nova historiografia sobre o período colonial. Presa à tradição historiográfica do Antigo Sistema Colonial e assim, de certa maneira, “comprometida” com as análises de Caio Prado e Fernando Novais, a autora não poupou críticas aos principais conceitos utilizados pelo ART. Primeiramente, contestou o conceito de Antigo Regime defendido pelo grupo, afirmando que seria um exagero transpor o conceito de Antigo Regime para a América portuguesa, uma vez que a realidade daqui era muito diferente da realidade europeia. Em seu entendimento, aqui teria ocorrido uma espécie de combinação de uma “expressão” do Antigo Regime europeu com características particulares à América, como a escravidão, por exemplo.

A historiadora ainda afirmou que parte das análises historiográficas realizadas depois dos anos 1970 insistiu na ideia de que muitas atribuições e responsabilidades estavam a cargo

de “órgãos periféricos”, o que na prática resultaria numa administração pulverizada, descentralizada. Para ela, essa insistência seria uma reação compreensível, uma vez que se impunha a essa corrente historiográfica pós 70, a necessidade de fazer frente à interpretação até então em voga. Nesse sentido, essa “nova” interpretação (que em sua opinião não seria tão nova assim, pois seus princípios já haviam sido esboçados por vários historiadores), teria carregado nas tintas de sua análise, caindo no outro extremo. Assim, alertou para a necessidade de se nuançar tanto uma interpretação quanto outra, ou seja, tanto aquela que aponta para o poder excessivamente centralizado, quanto aquela que aponta num sentido oposto. Nas palavras de Laura de Melo e Souza (2006, p. 15), “as dimensões do Império português, onde grandes distâncias separavam as diferentes conquistas e o centro decisório do sistema – Lisboa -, imprimiram uma complexidade notável ao poder exercido no seu âmbito”.

Outra questão importante levantada pela mesma historiadora foi a necessidade de olhar com muito cuidado para o passado, de modo a evitar generalizações espaciais e temporais. Ela lembrou que a América portuguesa do século XVIII teve uma dinâmica muito diferente da dos dois séculos anteriores, e que essa diferença teria marcado profundamente a administração e a política portuguesa no que diz respeito ao lado de cá do Atlântico. Assim, teríamos dois momentos distintos durante o período colonial: o conjunto dos séculos XVI e XVII num primeiro momento e, num segundo, o século XVIII.

De qualquer maneira, independente de críticas e de disputas teórico-metodológicas, é fato que o estudo do Brasil colonial tem ganhado amplo espaço nos debates acadêmicos nas últimas duas décadas e, conseqüentemente, novas possibilidades de interpretação.

O Brasil do período colonial nos livros didáticos

A despeito dos novos debates, nota-se que, nos livros didáticos, o modelo teórico-metodológico aplicado à análise dos conteúdos referentes ao Brasil colonial ainda não apresenta uma renovação significativa, ou seja, continua vinculado às abordagens consagradas pela já mencionada escola paulista.

Isso pode ser observado, por exemplo, ao se analisar alguns livros didáticos de História, de circulação nacional, adotados por instituições públicas de ensino da cidade de Maringá-Pr. Quase que imperativamente, o aporte teórico-metodológico se dá a partir da perspectiva da exploração econômica da colônia pela metrópole, da dependência do mercado

externo, da não formação de um mercado interno, da rivalidade entre os dois lados do Atlântico, etc.

Dentre os livros didáticos de História, de Ensino Fundamental e Médio, adotados em Maringá no ano de 2019, foram selecionados os mais escolhidos entre os professores da disciplina, ou seja, aqueles que mais são utilizados atualmente nas escolas públicas e privadas da cidade. Vale destacar que os autores dos livros analisados são conhecidos nacionalmente e têm uma produção considerável de material didático.

Dessa maneira, os livros analisados nessa pesquisa foram os listados abaixo.

- 1- BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- 2- BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*. Ensino Médio. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016.
- 3- COTRIM, Gilberto. *História Global. Brasil e geral*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 4- PELLEGRINI, Marco Cesar; DIAS, Adriana Machado; GRIMBERG, Keila. *Novo Olhar – História*. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2011.
- 5- *Projeto Araribá*. Obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- 6- VICENTINO, Cláudio. *Projeto RADIX: História*. 3ª ed. 7º ano. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

De modo geral, os livros selecionados apresentam uma ligação bastante próxima com a perspectiva analítica de Caio Prado. Como afirmado anteriormente, essa ligação se manifesta, principalmente, pela alusão à ideia de exploração, e suas variáveis, assim como pelo acento às relações voltadas para o universo Atlântico. Isso pode ser verificado nos mais variados aspectos do período colonial, mas fica mais evidente quando a temática em questão está relacionada à escravidão e à economia colonial.

Observe-se, por exemplo, o contido no livro *Novo Olhar*. No capítulo *A conquista e a colonização portuguesa na América*, destaca-se uma seção intitulada *Africanos no Brasil*, na qual, ao relacionar escravidão e mercantilismo, seus autores demonstram seu alinhamento à tese de Fernando Novais, no que diz respeito à exploração da colônia e sua contribuição para o processo de acumulação primitiva. Abaixo, a passagem em que isso se verifica:

A utilização da mão de obra escrava nas colônias americanas está relacionada ao contexto de expansão dos Estados europeus mercantilistas, ocorrida entre os séculos XV e XVIII. A substituição do escravo indígena

pelo escravo africano também está ligada às práticas mercantilistas (PELLEGRINI; DIAS; GRIMBERG, p. 101, 2011).

No entanto, é importante ressaltar que os autores dos livros submetidos à análise muitas vezes demonstram ter conhecimento das novas abordagens desenvolvidas, principalmente, pela chamada “escola do Rio”. Em alguns deles, percebe-se mesmo um esforço de atualização no trato da história do período colonial. Essa tentativa de atualização ora aparece em capítulos isolados, como é o caso dos que tratam da História da África, ou em boxes na lateral sobre um tema específico, o que, por si só, já constitui um indicador dos limites dessa pretensa atualização.

No caso de do livro *Radix: História*, de Cláudio Vicentino, essas “atualizações” não passam de acréscimos, uma espécie de nota à margem, pois as possibilidades de reinterpretação da história colonial enunciadas nestas partes isoladas não se incorporam ao restante da obra quando esta trata especificamente dos grandes temas da história da América Portuguesa, como o tráfico africano, a escravidão, o funcionamento da economia, da administração pública e do sistema de poder do período colonial. Esses acréscimos não se incorporam ao espírito geral do livro e não alteram a essência de sua interpretação da história da América Portuguesa, que se mantém, no geral, nos limites da linha interpretativa inaugurada por Caio Prado Júnior e pela chamada “escola paulista”. Seguem dois exemplos.

Exemplo 1 – Visão sobre História da África e Tráfico Africano:

O simples fato de o livro incorporar um capítulo dedicado a fornecer ao estudante uma síntese da história da África antes de seu estreitamento de relações com o Ocidente europeu, já denota um meritório esforço de atualização de seu autor. Trata-se do capítulo 6, cujo título é “África: dos primeiros humanos ao tráfico de escravos” (VICENTINO, p. 125-144, 2014). Esse capítulo é razoavelmente bem sucedido em sua intenção de mostrar que a África tinha uma dinâmica interna própria até sua história conectar-se à história do Ocidente europeu na era dos descobrimentos.

Apoiando-se em diversos pesquisadores europeus, canadenses e norte-americanos, especializados na história africana e na história do tráfico, o capítulo consegue transmitir informações cruciais para uma interpretação menos unilateral, mais complexa e nuançada da escravidão e do tráfico africano: a África não é um continente homogêneo, possuindo muita diversidade climática, cultural, étnica, nível civilizacional etc.; a África já havia desenvolvido formas estatais complexas (reinos, impérios) antes da chegada dos europeus; a escravidão era uma instituição muito antiga nas sociedades africanas; o tráfico africano não foi uma invenção

européia, pois existia um ativo comércio de escravos entre várias regiões africanas antes da chegada dos europeus; o tráfico africano recrudescera após as conquistas árabes e ganhou novas rotas terrestres, extrapolando o continente africano por rotas marítimas estabelecidas no Mar Vermelho e no Oceano Índico. Sobretudo na primeira parte do capítulo, é possível perceber o protagonismo das sociedades, dos estados africanos, dos árabes e de povos islamizados no tráfico de escravos.

Entretanto, em outra parte do livro, quando trata do tráfico para o Brasil, o autor recai nas velhas interpretações de uma história unilateral em que apenas o europeu exerce um papel ativo nessa história. Aos africanos caberia apenas um papel passivo de vítimas:

Nesse contexto, a mão de obra negra africana, que já era utilizada pelos portugueses desde o século XV nas fazendas das ilhas da Madeira e de Cabo Verde, surgiu como uma alternativa. Além disso, a comercialização e o tráfico de escravos para várias regiões do mundo era uma atividade bastante rentável para comerciantes e para a Coroa. Assim, a opção pela escravidão negra atendeu a vários interesses: amenizou os conflitos entre senhores e missionários jesuítas; solucionou o problema de mão de obra para as novas atividades econômicas; garantiu mais uma fonte de lucro para a metrópole com o comércio de africanos escravizados. (VICENTINO, 2014, p. 242)

Em outra passagem, reforça o autor:

Caçados a laço pelos comerciantes, muitos africanos fugiam para o interior da África. Para facilitar sua captura, os traficantes passaram a estimular as guerras entre os próprios africanos. Os chefes dos povos vencedores, seduzidos por diversos produtos, negociavam os prisioneiros de guerra por meio do *escambo*, trocando-os por tabaco, tecidos, cachaça, arma, joias, vidros e outros produtos oferecidos pelos traficantes. (VICENTINO, p. 243, 2014)

Nota-se, no excerto acima, que a história africana e o protagonismo de suas camadas dirigentes praticamente desaparecem do enredo histórico. Agora, os agentes da história são os europeus. São os comerciantes que “caçam a laço” os escravos no litoral e, quando a população africana foge para o interior, os traficantes europeus passaram “a estimular as guerras entre os próprios africanos”. Nessa formulação, a classe dirigente africana passa a ser a parte ingênua e passiva no negócio: os chefes africanos eram “seduzidos” por inescrupulosos comerciantes europeus, aceitando trocar homens por produtos de somenos importância como tabaco, cachaça, arma, joias, tecidos etc.

Assim, o livro não incorpora em sua interpretação de fundo as contribuições dos recentes estudos sobre a história do tráfico africano. Sabe-se hoje, por esses novos estudos, que o tráfico africano era uma via de mão dupla: a demanda na margem americana do

Atlântico correspondia a uma oferta regular, contínua e barata nas margens africanas do Atlântico e do Índico. Por isso, soa impróprio afirmar que a escravidão africana tenha sido uma “opção” unilateral dos europeus na colonização da América. Não haveria essa “opção” sem a oferta de escravos garantida pelos reinos e senhorios africanos (M'BOKOLO, 2009).

Exemplo 2 – Visão sobre a natureza da economia colonial:

Nota-se, aqui também, uma preocupação do autor em inserir algumas contribuições da nova historiografia econômica sobre o período colonial. À página 246, ainda tratando da escravidão e do tráfico, o autor usa a expressão “comerciante de grosso trato”, numa clara referência à obra *Homens de Grossa Aventura*, de João Luís Fragoso, e admite que, no século XVIII, essa categoria social formada na colônia “crescera em poderio econômico, chegando a formar o grupo social que se apropriara dos maiores lucros coloniais, sendo alguns donos das maiores fortunas da América portuguesa”, e que “vários deles se transformaram em grandes traficantes de escravos e fornecedores de empréstimos.” (VICENTINO, p. 246, 2014).

Em outra parte do livro, o autor também admite que “a dominação exercida pela metrópole não impediu o desenvolvimento de outras atividades econômicas coloniais” e que o comércio interno de alimentos e de escravos “contavam com atuações de muitos colonos aqui residentes”. Chega a admitir, ademais, que alguns comerciantes da colônia “chegaram mesmo a firmar intercâmbios de áreas coloniais com áreas mais distantes, como regiões africanas e outras que estavam além do domínio português, como a do rio da Prata, na América”. (VICENTINO, p. 239, 2014).

Essa formulação, entretanto, não está em harmonia com o restante da obra. Ver, por exemplo, a página 241, onde o autor recai na velha dicotomia entre produção para exportação versus produção de subsistência. Ou, então, ao insistir no conceito “produção voltada para fora”, formulação típica da historiografia vinculada à Teoria da Dependência. Exemplo maior de apego à velha história econômica aparece na página 201, quando trata do “mercantilismo e a colonização da América”. Diz expressamente o autor:

As colônias americanas desempenharam um importante papel na política mercantilista. Elas forneciam matéria-prima para a fabricação dos produtos manufaturados europeus e metais preciosos para cunhar moedas, principal fonte de riqueza no mercantilismo. Também consumiam os produtos manufaturados europeus, já que não podiam fabricar produtos semelhantes (o comércio de manufaturados na colônia era monopólio de algumas companhias europeias).

A exploração econômica das colônias por parte dos monarcas europeus ficou conhecida como política colonialista. Ela transformou a América e a África

em regiões subordinadas no sistema econômico das metrópoles. Essa relação, na qual as colônias transformavam-se em verdadeiros quintais de suas metrópoles, ficou conhecida como pacto colonial. (VICENTINO, 2014, p. 201)

Como se vê no trecho acima, o autor reproduz claramente a formulação de Fernando Novais. Em outra passagem, em um box onde discute o tema “produto de exportação x produto de subsistência” (o próprio tema já indica sua filiação teórica), Vicentino não deixa dúvidas quanto ao seu comprometimento com a perspectiva caiopradiana, ao atribuir às frequentes crises de abastecimento do período colonial à avidez por lucros relacionados à produção do açúcar, por parte dos produtores. Vejamos o que escreveu Caio Prado sobre a escassez de farinha de mandioca na Bahia na passagem do século XVIII para o XIX:

Mas nenhum deles [os críticos da legislação que obrigava os produtores de cana-de-açúcar a plantar mandioca] se lembrou de discutir o verdadeiro problema: a fome que periodicamente afligia o Recôncavo. Por que se lembrariam dela, quando os largos proventos que tiravam do açúcar lhes davam de sobra para pagar os preços, que para eles não eram altos, dos gêneros que consumiam? (PRADO JR, p. 165, 1997)

Agora, observe-se o que escreveu Vicentino sobre a mesma questão:

Na época colonial, ênfase na produção para exportação provocou, muitas vezes, a falta de produtos de subsistência, gerando preços altos, fome e inquietações sócias. Para contornar tais problemas, foram criadas leis que obrigavam os colonos a produzir artigos de subsistência, como a mandioca. Contudo, por todo o período colonial, tais leis esbarravam nos interesses de muitos senhores que, por sua vez, não as acatavam. Em decorrência disso, na década de 1790, o preço da mandioca triplicou em quatro anos. (VICENTINO, p. 241, 2013)

Nos outros livros, como em *História Global*, de Gilberto Cotrim, por exemplo, a atualização relacionada aos pressupostos teórico-metodológicos também é cosmética; a interpretação de fundo, não é alterada. Seções especiais foram acrescentadas à guisa de incorporação das novas interpretações, mas nota-se que elas são alheias ao fio condutor da narrativa histórica do autor. Note-se, por exemplo, no box “Em questão” da página 31, onde, ao discutir o tema “mercado interno na colônia”, o autor faz questão de apontar para os novos estudos: “Apesar da importância do latifúndio exportador, as atividades econômicas dirigidas ao mercado externo não foram as únicas praticadas no período colonial. Este é um ponto importante destacado pelas novas correntes historiográficas que estudam a economia colonial brasileira”... (COTRIM, p. 31, 2013)

Mais adiante, Cotrim recai na historiografia “uspiana” das décadas de 1970/80; ao tratar do predomínio da escravidão africana como mão de obra, apoia-se nas explicações mais clássicas da historiografia e, ainda, na polêmica e muito criticada interpretação de Fernando Novais, de que a opção pelo escravo africano era para concentrar os lucros do tráfico na metrópole. O autor chega a destacar literalmente a concepção de Novais: “Além desses apontamentos, destacamos, também, a interpretação do Historiador Fernando Novais, segundo a qual a preferência pela escravização dos africanos foi principalmente motivada pelos lucros gerados com o tráfico negroiro, que se inseria na “engrenagem do sistema colonial” montado no Brasil” (COTRIM, p. 35, 2013).

No entanto, Cotrim não confronta essa tese com as novas interpretações sobre o tráfico negroiro, apresentadas principalmente por Manolo Florentino, pelo historiador congolês M’Bokolo, por Costa e Silva, por Lovejoy, entre outros. Com isso, a tentativa de inserção das novas contribuições sobre a importância do mercado interno, das possibilidades de acumulação endógena e da participação dos mercadores brasileiros no tráfico africano, se afigura um procedimento apenas burocrático, externo à interpretação de fundo presente no referido livro didático.

Projeto Araribá – História, livro organizado pela Editora Moderna, apresenta as mesmas características encontradas nos livros de Vicentino e Cotrim: insinua-se o conhecimento das novas abordagens, mas, via de regra, o núcleo duro da interpretação histórica de seus autores, ainda permanece comprometido às antigas abordagens.

Ligeiro avanço quanto à internalização dos novos estudos pode ser verificada apenas em dois dos livros analisados: *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patrícia R. Braick e Myrian Mota, e *História: Sociedade e cidadania*, de Alfredo Boulos. Nesses dois livros, são feitas diversas referências em relação à nova historiografia.

Boulos, principalmente, faz questão de salientar a ideia de que a colônia era mais que uma *plantation* e dedica um extenso trecho à discussão acerca da diversificação agrícola na América portuguesa, destacando a produção de fumo, aguardente, algodão, cacau, assim como a pecuária (p. 61, 2013). O autor também apresenta no livro uma passagem referente aos comerciantes, ressaltando sua importância para a dinâmica colonial e assinalando a formação de fortunas internas geradas a partir do tráfico de escravos (p. 64, 2013).

Contudo, o cerne da interpretação de Boulos acerca do período colonial ainda se mostra preso à ideia da produção voltada para o mercado externo. Mesmo quando aponta para a diversificação agrícola, sua atenção se volta, instintivamente, para o plano externo, uma vez que, em seu entendimento, também parte significativa dessa produção de gêneros diferentes

do açúcar, tinha como destino a Europa. O autor não demonstra as implicações dessa diversificação para o mercado interno.

O mesmo se apresenta no livro escrito por Braick e Mota. As autoras também destacam a existência de outras atividades além da *plantation*, mas ao caracterizarem a economia colonial, foram categóricas ao afirmar que “em linhas gerais, a economia colonial na América portuguesa caracterizou-se pela exploração da mão-de-obra escrava, pelo latifúndio, pela cultura de produtos tropicais e pela exploração de metais e pedras preciosas” (p. 43, 2013). E na continuação desse trecho, ao mencionarem outros gêneros produzidos na colônia, caem no mesmo lugar comum das antigas interpretações:

Outras atividades também desempenharam papel importante, coexistindo com aquelas que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana. A produção de açúcar foi a primeira dessas atividades estratégicas. A implantação da agroindústria açucareira articulou a América, centro da produção, e a África, fornecedora de mão-de-obra, e ajudou a contornar a crise da economia portuguesa. (BRAICK; MOTA, p. 43, 2013)

Assim sendo, fica evidente que as discussões travadas no universo acadêmico sobre a América portuguesa ainda não foram disseminadas, configurando, dessa maneira, uma grande distância entre o debate acadêmico e o contido nos livros didáticos.

Considerações Finais

Como foi exposto, duas abordagens distintas se apresentam atualmente entre a produção historiográfica relativa aos estudos sobre o Brasil colonial: uma mais recente, que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos, e outra, mais antiga, cujo expoente é Caio Prado Junior. Dessa maneira, evidencia-se a existência de diferentes formas de se compreender os séculos da colonização e, conseqüentemente, de se compreender o Brasil atual.

Apesar disso, a análise de alguns livros didáticos, de circulação nacional, adotados em Maringá – PR, revelou que tal inovação, ou seja, essa nova forma de encarar o Brasil colonial, não vem sendo refletida em seus conteúdos, os quais ainda apresentam a influência teórico-metodológica de Caio Prado Junior.

A partir de tal constatação, é possível identificar uma dificuldade de romper com o modelo teórico-metodológico “caiopradiano” e a permanência de uma determinada forma de entender não apenas o nosso passado colonial, mas de entender e de ensinar a própria

História. Esse descompasso entre o saber acadêmico e o saber escolar é evidente, e deve ser objeto de reflexão de historiadores/autores de livros didáticos.

Referências:

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania**. Ensino Médio. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myrian Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985.
- COTRIM, Gilberto. **História Global. Brasil e Geral**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FLORENTINO, Manolo G. **Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (1790-1830)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. Prefácio. In: **Monarquia Pluricontinental e a Governança da Terra no Ultramar Atlântico Luso – séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João L. R.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Monarquia Pluricontinental e a Governança da Terra no Ultramar Atlântico Luso – séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- HESPAÑA, Antônio Manuel. **Poder e Instituições no Antigo Regime**. Guia de Estudos. Lisboa: Cosmos, 1992.
- MENDES, Claudinei Magno Magre. O Ensaísmo na Historiografia Brasileira. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 34, p. 91-100, 2012.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Elites e Poder**. O Antigo Regime e o liberalismo. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2003.
- NOVAIS, Fernando A. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII). **Cadernos CEBRAP**. São Paulo: Ed. Brasiliense, n. 17, 1974.
- _____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- PELLEGRINI, Marco Cesar; DIAS, Adriana Machado; GRIMBERG, Keila. **Novo Olhar – História**. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Projeto Araribá**. Obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- RUSSEL-WOOD, A. J. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

- SILVA, Caio Cobianchi da; SILVA, Karla Maria. O Brasil Colonial: possibilidades interpretativas. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 1, p. 59-64, jan./jun. 2015.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra**: política e administração da América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Política e Administração Colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, M. Fernanda (orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- VICENTINO, Cláudio. **Projeto RADIX: História**. 7º ano. 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

Recebido em 05 de julho de 2020

Aprovado em 10 de dezembro de 2020